

ARTICULAÇÃO DAS ENTIDADES PSICANALÍTICAS.

RESUMO DA REUNIÃO DE 16 DE OUTUBRO DE 2004, a ata da Reunião seguirá, normalmente, o texto que segue é apenas um resumo.

Feito por Sonia Alberti e revisado por Berenice Blanes.

A reunião está dividida em duas: primeira parte, com Luiz Hanns, segunda parte, discussão e propostas. Antes de passar a palavra a Luiz, Mario Lúcio a passa para Anchyses que oferece a todos cópia do CD preparado por Mazzarello – que deixa a Articulação em função da mudança na presidência de sua entidade, pelo Círculo Brasileiro, com todas as atas até essa data e pelo qual todos agradeceram.

Primeira Parte:

Luiz Hanns. Trouxe uma cópia para cada entidade, de dois documentos: “Demarcação do campo epistêmico da psicoterapia” e “Estatuto da Associação Brasileira de Psicoterapia”, ABRAP, que distribuiria no final da Primeira Parte. Diz que quer antes de tudo com essa vinda esclarecer possíveis malentendidos, dizer que há espaço para alterações nas propostas da ABRAP conforme futuras discussões, e que a ABRAP, apesar de não ser uma associação de instituições e sim de pessoas, tem uma câmara na qual se repensa questões com outras entidades e onde elas são convidadas a interagir com a ABRAP.

Cada prática clínica tem suas instituições regulamentadoras e a ABRAP não pretende influir nisso.

A ABRAP não pretende poder realizar nada, apenas congrega pessoas que pensam o campo clínico. Não luta a favor de uma regulamentação, isso está nos estatutos da ABRAP, mas é um espaço grande para discutir a importância da psicoterapia dinâmica, com o que se prepara para influenciar e ordenar o campo clínico. “Nos esforçamos para criar um documento escrito em metalinguagem, de pessoas que entendem que é possível trabalhar alguns pontos em comum entre os psicoterapeutas”. Assim, continua, é preciso partir de uma boa vontade, de se fazer compreender pelos outros, sem jargões das específicas linhas psicoterápicas. “Tem que ter um espírito de participar de uma equipe supra abordagens”. Assim, também é preciso poder ouvir outras abordagens e não se posicionar histericamente contra, por princípio.

A grande questão da ABRAP não é política – isso é apenas uma decorrência – mas epistemológica. Propõe um campo epistêmico comum das psicoterapias para com ele interrogar, instruir e influenciar os Conselhos Profissionais, os Ministérios (poder executivo) e a imprensa, a mídia, para mostrar a complexidade do nosso campo contra o organicismo, a farmacologia, o pragmatismo da eficácia, contra a idéia de que o campo clínico seria pré-pragmático, idéia que vem particularmente da ênfase dada aos *outcome studies*, aqueles estudos que privilegiam a avaliação quantitativa de uma eficácia terapêutica. A idéia de Hanns, inclusive, é a de vir a poder mostrar como esses estudos que se pretendem cientificamente corretos, são muitas vezes falaciosos e utilizando metodologias nada fidedignas cientificamente. Estudioso do campo da psicoterapia comparada há mais de dez anos, Hanns propõe seis pontos que norteiam a urgência de uma ação da ABRAP, e que vão desde o questionamento dos estudos de eficácia até a aproximação e alinhamento das várias linhas do campo clínico – da comportamental à laciana, passando pela Daseinsanalyse, os jungianos,

por ex. – para a luta contra o organicismo, as *psicoterapias* não referidas à episteme científica, que não estão no mesmo campo epistemológico que o nosso etc.

Vários colegas psicanalistas participam da ABRAP. “Renato Mezan participa do mais alto cargo, acima da presidência”, além de a ABRAP contar com os membros como Richa Barros, Ezerick, Maria Lúcia, a equipe do Hospital das Clínicas da USP, bionianos, lacanianos... pois há um risco de a psicanálise se tornar uma língua morta, endogâmica, reservada à crítica da cultura, em função do *lobby* farmacológico.

O fato é que há questões complicadas no campo clínico, como a inserção no social de psicólogos e psiquiatras que trabalham em hospitais, prefeituras, seguros saúde. Há uma demanda social à qual a ABRAP vem fazer frente, para maiores esclarecimentos: a ABRAP hoje já responde a pedidos da Agência Nacional de Saúde¹ (ANS), da Capes, da Fapesp, da Associação Brasileira de Psiquiatria, dos Conselhos Federais de Medicina e Psicologia. Iniciaré agora também um curso para esclarecer jornalistas sobre o campo das psicoterapias. Para isso, é preciso também que a definição desse campo seja supra abordagens, e sustentar que não é possível um conceito de psicoterapia sem articulação com a sociologia, com a linguística etc. Mas o campo clínico se define por modelos teórico-clínicos específicos, o mesmo dado clínico permite múltiplas hipóteses, e os modelos de avaliação de novas abordagens precisam ser discutidos com a sociedade de forma sensata, conforme suas consistências teóricas internas, tipo de lógica, e sua teoria do desenvolvimento. Razão de a ABRAP propor ordenar nosso campo um pouco mais.

Discussão da apresentação de Luiz Hanns. Entrevieram: Denise Maurano, Mário Lúcio, Anchysis, Fernanda Costa Moura, James Moura, Romildo do Rego Barros, Eduardo Rocha, Maria Rita, Maria Ida Fontenelle e Edson Lannes, e Luiz Hanns tentou responder a todo mundo. Segue um resumo do que foi essa primeira rodada de debates:

1. Profissionais de diversas categorias podem se reunir, como, quando e onde quiserem! O que a Articulação tem com isso? É preciso lembrar que a Articulação tem seus próprios objetivos – a não regulamentação da psicanálise – e que não acreditamos haver uma epistemologia comum entre as psicoterapias e sim, que há uma ética singular à psicanálise;
2. A questão é que há conseqüências secundárias, talvez nem intencionais, da ABRAP, e elas instrumentalizarão aqueles que querem a regulamentação;
3. As entidades oficiais às quais a ABRAP se liga são regulamentadoras e, portanto, há uma vertente regulamentadora na ABRAP;
4. Há questões das quais a própria ABRAP talvez não se dê muito conta, no momento: a) será que não se corre o risco de usar o mesmo modelo que se combate, quando se procura utilizar preceitos epistemológicos para delimitar o campo clínico? b) o que é demanda social? É preciso definir isso... A demanda é de quem? c) o que é metalinguagem? Ela abrange todas as línguas? Mas isso não é possível!, a tentativa de criar o esperanto já o mostrou... d) até que ponto o ordenamento proposto não trará o mesmo

¹ Criada por um grupo do qual esteve à frente Zilda Arns. O cargo que era dela desde então, passou a ser eletivo em 2004, por pressão e voto da bancada evangélica. Na eleição que advirá, Zilda Arns estará concorrendo com algum candidato evangélico, certamente...!, conforme informação veiculada durante a segunda parte da nossa reunião.

empobrecimento, sob uma roupagem mais conciliadora e científica? e) até que ponto supor a possibilidade de unificar epistemologias não é esquecer as diferenças ideológicas e a diversidade dos campos? f) uma das pressões das práticas singulares vem da idéia de um discurso universalisante *empirically supported*, que tudo medicaliza... o grande problema aqui é que ele – esse discurso – não percebe que o universo do discurso é furado. Até que ponto, a tentativa de encontrar um discurso comum não reproduz esse mesmo engano, imitando o discurso universalisante?

5. Há um ineditismo na ABRAP: não é do Estado, nem é um sindicato (que tem interesses comuns de viabilização da inserção de profissionais) de psicoterapeutas, pois essa profissão não existe. Não se pode congregiar pessoas como profissionais que não existem legalmente... de que lugar então a ABRAP se outorga o direito de conversar com a ANS? De que lugar ela pode falar em nome de um eventual ordenamento das psicoterapias?
6. De que maneira entraram os psicanalistas na ABRAP? Aqui há pessoas de várias formações, instituições etc. e *nenhuma* foi consultada! Como é visto hoje o lugar dos psicanalistas e da psicanálise dentro da ABRAP?

Luiz Hanns: O que há de comum entre as psicoterapias é que não dá prá replicá-las em laboratório; o processo é de natureza sistêmica, ou seja, nada ali pode ser isolado como variável. Por que se pensa que isso pode ser perigoso? As demandas sociais dizem respeito muito concretamente a denúncias recebidas pelo CFP sobre maus usos das psicoterapias. Ou então, a ANS tem uma questão quanto ao exercício clínico de um psiquiatra que se utiliza de um determinado modelo teórico no trabalho de um hospital, e ela não sabe como responder, se pode ou não dar seu aval... O MEC consulta a ABRAP em função de grades curriculares de inúmeras faculdades privadas que vão aparecendo... A ANS tem problemas com convênios com Seguros Saúde e consultam a ABRAP... A verdade é que há muitos que se aproveitam da multiplicidade de interlocutores (Conselhos, associações, órgãos que regulam o ensino) para entrar nas brechas... A idéia da ABRAP é juntar interlocutores para darmos uma resposta supra abordagens, supra profissões. O CFP não consegue conversar com o CFM, no momento, por exemplo, por causa de outros problemas – o Ato Médico, por ex. – e nós podemos colocar em debate psicólogos e médicos sobre uma mesma questão! Eis como a ABRAP pode responder a demandas sociais que estão sem respostas...

7. O Conselho de Psicologia solicitar auxílio para se situar melhor é uma coisa; outra é responder sobre questões que dizem respeito a esse Conselho no lugar dele... isso tem um lado de desautorização e outro de desamparo...

Luiz Hanns: Fomos convidados pelo CFP a trabalhar com ele. Desse trabalho puderam ser geradas diretrizes que ainda não estão prontas, mas estão em vias de ficarem, para serem lançadas à comunidade para debate. A lei brasileira não impede que ninguém exerça a prática psicoterápica... e não há Conselho profissional, portanto, que administre isso! Daí a ABRAP poder se transformar em entidade de mediação, que tenha gente de todos lugares e que assim, socialmente legitimada, consiga conversar.

8. Sim. É possível que a comissão que trabalhou para o CFP constituísse um Fórum de consulta pública; mas no lugar de tal iniciativa, esse mesmo grupo criou uma Associação! Ana Bock² explicou como foi, na reunião em São Paulo: a comissão começou seu trabalho, depois pediu uma licença, durante a qual criou a ABRAP, e agora está retornando ao trabalho encomendado pelo CFP... A ABRAP, independente da boa vontade de vocês, já se instala na sociedade como agência reguladora! Isso está claro! Ela é chamada pela ANS, pelo CFP, CFM etc... os efeitos que a ABRAP tá gerando não são consultivos, são reguladores...
9. Nota-se, portanto, uma série de contradições no discurso da ABRAP: ordenadora sim, reguladora não... Isso lembra a época em que discutíamos aqui a questão da não regulamentação e a proposta da auto regulamentação. Mas isso já está acontecendo, então...
10. A ABRAP nos concerne por causa da legitimidade... uma entidade privada se propõe a fazer a mediação no lugar do Conselho... não dá prá entender porque o CFP se exclui, não consegue conversar com o CFM! Isso talvez precisasse ser denunciado!

Luiz Hanns: Na nossa proposta, aberta à discussão, concretamente: o que mudaria ou prejudicaria a sua prática hoje? Acho, ao contrário, que sua prática pode até ficar mais sossegada com a ABRAP! Entramos *pesado*, recentemente, na tentativa de um acordo entre CFM e CFP, porque é necessário que uma entidade veicule ambos... O Estado é tomado ou por *lobbies* ou por pessoas de boa vontade... A ABRAP está oferecendo que pessoas de boa vontade pensem um campo em comum. A briga entre os Conselhos é nociva para o campo... mas há corporativismos nos Conselhos... no CFM há enorme desqualificação de tudo o que não for psiquiatria e no CFP há um gravíssimo *lobby* corporativista...

Mas cada instituição tem que defender publicamente a sua singularidade, por isso a ABRAP não quer congrega instituições, só pessoas. A ABRAP é hoje um projeto que, tal como em toda democracia, foi construído de forma geral para então ser debatido na comunidade.

11. Até que ponto a ABRAP não seria um sintoma e cabe a nós tentar identificar sintoma do quê?... da impotência do CFP? De alguma coisa da qual as instituições psicanalíticas não deram conta? Nenhuma das entidades psicanalíticas aqui presentes foi chamada a participar das discussões sobre a criação da ABRAP... por que houve, de parte do CFP, um *by pass* de toda uma história de movimentos, de instituições?

Luiz Hanns: Será que estamos em rota de colisão? Teremos um combate mútuo? Muito melhor seria termos pontos em conjunto! Poderíamos incluir salvaguardas para evitar que aconteça com a ABRAP o que vocês temem, para que possamos somar forças! É preciso também perguntar se a Articulação não é também um sintoma, os Estados Gerais são um sintoma da psicanálise sitiada pela modernidade... Se ela então se refugia num discurso de pura resistência, então não consegue discutir...!

² Presidente eleita em 2004 do CFP. A reunião aconteceu em setembro no Sedes, em Sampa.

Mario Lúcio encerra a primeira parte da reunião retomando essa proposta, a de pensarmos na possibilidade de criar um artigo para o Estatuto da ABRAP que se oponha radicalmente à regulamentação da psicanálise!

Coffee break.

Segunda parte: Foi feito um rápido relatório das reuniões que aconteceram no Sedes Sapientiae com Ana Bock, em São Paulo, e na Escola Brasileira de Psicanálise, em Belo Horizonte com vários colegas.

Listarei apenas as propostas que surgiram na discussão que se seguiu:

1. Indicar alguém da Articulação para se associar à ABRAP e lutar pela nossa causa lá dentro. Convidar a ABRAP para que ela indique um membro a participar regularmente das reuniões da Articulação;
2. Se eles participarem de nossas reuniões, perderemos nossa liberdade... não tem psicanalista dentro da ABRAP que seja contra a regulamentação...
3. Com a ABRAP muda tudo, e nossas questões na Articulação precisam ser rearticuladas... eles são um órgão legitimado pelo governo federal (pelos Conselhos, Ministérios, Agências);
4. Nada podemos fazer, não muda nada, temos que continuar fazendo nosso trabalho de formiguinha... não houve sequer uma única frase dita aqui que reconhecemos como sendo atravessada pela psicanálise! Os psicanalistas que estão lá não representam a psicanálise e, portanto, não temos nada com isso! Podemos estudar a questão como sintoma...
5. Devemos avaliar os problemas primeiro, como fazíamos quando discutíamos os projetos dos evangélicos. Temos que parar para discutir e avaliar!
6. Eles têm um discurso de vendedor, precisam de nós, não estamos aqui há 4 anos à toa... eles fazem um trabalho muito mais mediático do que nós! Por que não contratamos uma assessoria de imprensa?
7. O CFP apóia a ABRAP... e se eximiu de uma questão, delegando isso a uma instituição privada! Nós podemos questionar isso! Por que o CFP está abrindo mão de uma atribuição?
8. O CFP não é coeso quanto a isso... há divisão quanto a adequação de uma Associação prestar consultoria para essa função... deveríamos ouvir o CFP sobre isso!
9. A ABRAP, finalmente, nasceu sem poder ir muito longe... insiste tanto na epistemologia porque não há profissão que represente! Ou então, terá que mudar seu estatuto. Por enquanto, é uma contradição nos termos. Como podem imaginar congregar psicoterapeutas numa mesma associação que não acreditam nada na psicoterapia um do outro? Desde quando boa vontade faz episteme? Estamos inquietos, mas talvez não precisemos ficar tão aflitos porque a proposta atual é contraditória na origem!

10. Discutamos, e então, escrevamos um texto sobre psicoterapia e psicanálise a fazer circular nas entidades psicanalíticas e outras...
11. Cada instituição deveria encaminhar cartas à imprensa, discutindo as questões que estamos vendo! E na próxima reunião, retomemos a questão da legitimidade.

Próxima reunião: sábado, 11 de dezembro de 2004.